

A contribuição do FGV IBRE para a produtividade

Luiz Guilherme Schymura

Pesquisador do FGV IBRE e doutor em Economia pela FGV EPGE

A produtividade do trabalho no Brasil por hora trabalhada cresceu em média apenas 0,4% ao ano entre 1982 e 2018. Esse ritmo é extremamente lento para um país em desenvolvimento, e se constitui numa das causas centrais pelas quais o Brasil há décadas não converge para os padrões socioeconômicos dos países mais avançados. Entender, diagnosticar e propor soluções para o problema do baixo crescimento da produtividade brasileira, portanto, é um ponto crucial da atual agenda de desenvolvimento do país.

Essa é a razão para a produtividade de ter se transformado num dos principais temas de pesquisa e aprofundamento para o FGV IBRE. O próprio dado com que se abre esta Carta é fruto de metodologia desenvolvida por Bruno Ottoni, pesquisador associado do IBRE, e Tiago Barreira, que trabalhou no IBRE. Os dois pesquisadores compatibilizaram as pesquisas anuais da Pnad e da Pnad Contínua (PnadC), construindo uma nova série histórica de população ocupada (PO) e horas trabalhadas, bem como

da população economicamente ativa (PEA) e das taxas de desemprego, que vai do início dos anos 80 até os nossos dias.

Um primeiro aspecto interessante a ressaltar na série construída por Ottoni e Barreira é que a produtividade do trabalho calculada a partir do dado por pessoal ocupado, entre 1982 e 2018, não cresceu nada no período – um número ainda pior do que aquele extraído das horas trabalhadas, e que indica praticamente estagnação da produtividade ao longo de quase quatro décadas. A razão para essa diferença é que a jornada média do trabalhador brasileiro sofreu uma substancial redução de 1981 a 2018, saindo de 46,6 horas semanais para 39,5, em todas as ocupações.

Como o que se busca mensurar pela produtividade é a capacidade produtiva de um trabalhador individual – isto é, quanto produz num dado período de tempo –, o indicador por hora trabalhada é melhor e mais preciso. Por meio deste, verifica-se que há uma suavização nos movimentos da produtividade



brasileira de distintos períodos desde o início dos anos 80, tanto dos momentos ruins ou medíocres (a maioria deles), quanto dos positivos. Assim, a queda média anual de produtividade de 1982 a 1993 – que abrange a chamada “década perdida” – se reduz de 1,4%, usando-se o produto por pessoal ocupado, para 0,7%, fazendo a conta pelas horas trabalhadas. No caso do melhor momento das últimas décadas, de

2002 a 2010, correspondendo basicamente ao governo Lula, o aumento anual da produtividade se reduziu de 1,9% (pessoal ocupado) para 1,5% (horas trabalhadas). No período mais recente, de 2014 a 2018, tomando-se a grande recessão e a lentíssima retomada que se seguiu, a queda da produtividade atenuou-se de 1% ao ano (pessoal ocupado) para 0,5% (horas trabalhadas).

Outra contribuição do FGV IBRE para a discussão da produtividade no Brasil são dados da evolução específica dos 12 diferentes setores das Contas Nacionais pelo lado da oferta (e dos três grandes setores nos quais são reunidos), a partir de 1995. Dessa forma, é possível notar que a produtividade por hora trabalhada da agropecuária mais do que quadruplicou entre 1995 e 2018, saindo de R\$ 4,6 para R\$ 19,8, ambos os dados em valores de 2016. Ainda assim, a produtividade por hora trabalhada da agropecuária em 2018 estava abaixo daquela da indústria (R\$ 29,1) e dos serviços (R\$ 30,4). A indústria, porém, recuou no período, já que em 1995 a produtividade por hora trabalhada no setor foi de R\$ 30,6. E a produtividade por hora trabalhada nos serviços cresceu muito pouco, saindo de R\$ 28,8 em 1995. A produtividade total da economia por hora trabalhada no período aumentou de R\$ 23,4 para R\$ 29,1”.

O mais recente avanço do IBRE em termos de mensuração da produtividade do trabalhador é o indicador trimestral, tanto por horas trabalhadas quanto por pessoal ocupado, calculado para cada um dos 12 setores do PIB e para a economia como um todo. A série se inicia em 2012. Esse conjunto de indicadores é calculado

a cada divulgação do PIB trimestral, e, portanto, é possível analisar a evolução da produtividade brasileira de uma forma muito mais tempestiva do que quando se dispunha apenas do indicador anual.

Tomando-se a variação da produtividade acumulada em quatro trimestres, nota-se claramente o impacto da recessão de 2014 a 2016: na economia como um todo, a produtividade por hora trabalhada apresentou forte desaceleração entre o quarto trimestre de 2013 e o primei-

O que se busca mensurar
pela produtividade é a
capacidade produtiva de
um trabalhador individual,
o indicador por hora
trabalhada é melhor e
mais preciso

ro de 2016, saindo de alta acumulada em quatro trimestres de 2,2% para queda de 2,5%. Em termos setoriais, a produtividade acumulada em quatro trimestres, entre aqueles dois pontos no tempo, recuou de 11,2% para 0,6% na agropecuária; de 2,1% para -0,8% na indústria; e de 1,3% para -3,4% nos serviços. Nos trimestres seguintes, entretanto, a produtividade por hora trabalhada se recuperou, e o indicador acumulado em quatro trimestres para o total





da economia atingiu 1% no quarto trimestre de 2017. Setorialmente, a agropecuária avançou até 18,9% e a indústria até 1,8%. Já nos serviços, a queda acumulada em quatro trimestres reduziu-se para 0,9% no último trimestre de 2017.

Foi a partir daqui que o indicador trimestral de produtividade revelou relevante – e preocupante – faceta da débil recuperação econômica do Brasil em 2017 e 2018. Embora o valor adicionado, isto é, o PIB (menos o valor dos impostos sobre os bens

O mais recente avanço
do IBRE na mensuração
da produtividade é o
indicador trimestral,
calculado para cada um dos
12 setores do PIB e para a
economia como um todo

e serviços finais), tenha crescido à mesma taxa nos dois últimos anos, de 1,1%, a produtividade teve desempenho bem distinto. No total da economia, depois de atingir 1% nos quatro trimestres acumulados em 2017, recuou para 0% nos quatro trimestres de 2018. Em termos setoriais, a produtividade da agropecuária caiu para 1,1%; a da indústria para 1,3%; e a dos serviços ainda se manteve em queda (-0,6%), embora menor do que a registrada ao final de

2017. Em outras palavras, enquanto a recuperação econômica em 2017 foi toda explicada pelo avanço da produtividade, em 2018 ela se deveu inteiramente ao aumento das horas médias trabalhadas.

Outro ponto digno de nota é que a baixa taxa de crescimento da produtividade agregada nos últimos anos decorre principalmente do fraco desempenho da produtividade do setor de serviços, que concentra cerca de 70% da alocação setorial de horas trabalhadas no país, e que consistentemente tem apresentado taxas negativas de crescimento desde o terceiro trimestre de 2014.

A produtividade por hora trabalhada no Brasil está atualmente no mesmo nível do quarto trimestre de 2012, e é 2,7% menor que o pico alcançado no primeiro trimestre de 2014, como observou recentemente, em artigo no Blog do IBRE, o pesquisador Fernando Veloso, principal especialista do IBRE em produtividade. Na sua visão, o aumento da informalidade durante a recessão foi um dos fatores que levou ao forte recuo da produtividade. Em seu artigo, Veloso observa que as empresas formais no Brasil são, em média, quatro vezes mais produtivas que as informais. As razões para essa diferença são o uso mais intensivo do capital físico, níveis mais elevados de capital humano tanto de empreendedores quanto de empregados, e a utilização de tecnologias mais avançadas em empresas formais. Dessa forma, quando é ampliada a participação relativa de trabalhadores no setor informal, como tem ocorrido recentemente, tem-se uma “realocação do trabalho para firmas menos produtivas, resultando em queda da produtividade”.

Nas discussões do IBRE, Veloso tem ressaltado que “trabalhador informal não é sinônimo de emprego no setor informal”. Embora o *status* do trabalhador seja importante do ponto de vista da proteção social, quando se pensa em produtividade o mais importante é saber se a empresa é formal ou informal, com a formalização definida pelo registro no CNPJ. Por exemplo, é mais comum do que se pensa que empresas formais contratem trabalhadores informais, o que, apesar de ser um problema real do ponto de vista social, não representa perda de produtividade de maneira geral. Mas quando muitos trabalhadores migram para o setor informal, como no caso da última recessão, a produtividade sofre forte impacto negativo.

Em seu artigo, Veloso aponta que as estimativas do IBRE “indicam que cerca da metade da queda da produtividade desde o início da recessão deveu-se ao aumento da informalidade”. O efeito foi particularmente intenso nos setores intensivos em mão de obra e já com a característica de alta informalidade, como construção civil e transportes. Por outro lado, setores mais intensivos em capital, como a indústria de transformação, foram menos vulneráveis à elevação da informalidade e puderam se recuperar de forma mais veloz. Veloso avalia que, no curto prazo, é de suma importância que seja aprovada a reforma da Previdência, sem diluição exagerada, como forma de impulsionar a atividade econômica, maior criação de vagas no setor formal e, conseqüentemente, uma retomada mais expressiva do crescimento da produtividade.

No médio e longo prazo, entretanto, a agenda da produtividade é

bastante complexa, variada e intensa. O pesquisador nota que a proposição de Paulo Guedes, ministro da Economia, de um novo modelo previdenciário de capitalização, e da redução dos encargos sobre a folha, são medidas que visam incorporar trabalhadores ao setor formal, e, portanto, contribuem para a agenda da produtividade. Para Veloso, embora os aspectos “micro” do ambiente de negócios e que afetam os incentivos a investir e contratar sejam fundamentais, as reformas voltadas ao aumen-

Veloso aponta que as
estimativas do IBRE
“indicam que cerca da
metade da queda da
produtividade desde o início
da recessão deveu-se ao
aumento da informalidade”

to da produtividade devem ter uma “dimensão e ambição macro”, envolvendo profundas mudanças no sistema tributário, no regime trabalhista e no mercado de crédito. ■

O texto é resultado de reflexões apresentadas em reunião por pesquisadores do IBRE. Dada a pluralidade de visões expostas, o documento traduz minhas percepções sobre o tema. Dessa feita, pode não representar a opinião de parte, ou da maioria, dos que contribuíram para a confecção deste artigo.

